



## INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

### PORTARIA N 26, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a criação da zona de amortecimento da Reserva Biológica do Córrego Grande, Estado do Espírito Santo, estabelecendo normas e atividades para sua implementação (Processo administrativo nº 02070.001096/2014-39)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência, publicada no Diário Oficial da União, de 29 de março de 2012, resolve:

Art. 1º. Estabelece os limites da zona de amortecimento para a Reserva Biológica do Córrego Grande.

§ 1º. A zona de amortecimento da Reserva Biológica do Córrego Grande tem os seguintes limites em coordenadas geográficas aproximadas (c.g.a.), conforme o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas, do ano de 2000 (CGS SIRGAS 2000), datum SIRGAS 2000, levantamento sistemático IBGE 1:100.000, folha SE-24-Y-B-II. Assim, os limites têm início nas c.g.a. 39°52'08,27" Longitude Oeste (O) e 18°12'22,77" Latitude Sul (S), no córrego da Estiva, no ponto onde ele cruza o limite dos estados do Espírito Santo (ES) e da Bahia (BA), sobre a estrada denominada Picadão da Bahia (ponto 01); segue em linha reta, sentido nordeste, até as c.g.a. 39°51'39,77"O e 18°11'52,82"S (ponto 02); segue sentido noroeste até as c.g.a. 39°51'37,13"O e 18°11'12,25"S (ponto 03); segue na direção nordeste até as c.g.a. 39°51'37,13"O e 18°11'12,25"S (ponto 04); segue em linha reta, sentido sudeste, até as c.g.a. 39°51'08,28"O e 18°11'38,57"S (ponto 05); segue em linha reta até as c.g.a. 39°50'50,61"O e 18°11'22,63"S (ponto 06); segue em linha reta, sentido sudeste, até as c.g.a. 39°50'08,45"O e 18°12'00,33"S (ponto 07); segue até uma nascente do riacho Doce nas c.g.a. 39°50'04,64"O e 18°12'19,46"S (ponto 08); segue o percurso do riacho Doce a 100m da sua margem norte, passando pelas c.g.a. 39°48'55,13"O e 18°12'43,03"S (ponto 09), c.g.a. 39°48'00,19"O e 18°13'03,45"S (ponto 10), c.g.a. 39°46'40,57"O e 18°13'25,51"S (ponto 11), c.g.a. 39°45'35,77"O e 18°14'12,28"S (ponto 12), até as c.g.a. 39°44'24,55"O e 18°15'17,32"S (ponto 13), localizadas a 100m da margem norte do riacho Doce; segue em linha reta, sentido sul, até o limite entre o ES e a BA, nas c.g.a. 39°44'17,18"O e 18°17'22,56"S (ponto 14); segue em linha reta, sentido sul, até as c.g.a. 39°44'32,00"O e 18°19'28,04"S (ponto 15), coincidindo com o talvegue de um córrego; segue no sentido oeste em linha reta, até confluência do córrego Taquaraçu com um afluente, nas c.g.a. 39°45'46,66"O e 18°19'22,38"S (ponto 16); segue a sudoeste em linha reta até as c.g.a. 39°47'20,00"O e 18°20'45,91"S (ponto 17); segue em linha reta, sentido noroeste, até as c.g.a. 39°48'31,46"O e 18°19'10,12"S (ponto 18), na estrada ES-209; segue pela ES-209, até as c.g.a. 39°49'04,96"O e 18°18'20,23"S (ponto 19), a 100m da margem leste do córrego Grande; segue o córrego Grande, sentido sul, a 100m da sua margem leste, passando pelas c.g.a. 39°49'11,69"O e 18°18'54,09"S (ponto 20) e pelas c.g.a. 39°49'27,80"O e 18°19'28,72"S (ponto 21), até as c.g.a. 39°49'49,60"O e 18°19'59,05"S (ponto 22), no rio Itaúnas; segue no sentido oeste pelo talvegue do Itaúnas, até as c.g.a. 39°50'00,30"O e 18°19'55,82"S (ponto 23); segue em sentido noroeste a 100m da margem oeste do córrego do Coelho, acompanhando seu percurso, até um ponto a 100m a oeste da confluência do córrego Água Preta com o córrego da Estiva, nas c.g.a. 39°50'42,77"O e 18°18'24,43"S (ponto 24); segue a 100m da margem oeste do Estiva, passando pelas c.g.a. 39°51'09,91"O e 18°17'18,38"S (ponto 25), pelas c.g.a. 39°51'07,38"O e 18°15'13,72"S (ponto 26) até as c.g.a. 39°52'00,51"O e 18°13'02,47"S (ponto 27); daí segue até o ponto 01 da descrição, fechando o polígono.

Art. 2º. Ficam aprovadas as normas e demais condições de implementação da zona de amortecimento, constantes do Anexo I.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

#### ANEXO I

##### NORMAS DA ZONA DE AMORTECIMENTO DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO GRANDE

As atividades a serem implantadas na zona de amortecimento (ZA) não poderão comprometer a integridade do patrimônio natural da Reserva Biológica do Córrego Grande (RBCG).

Todas as atividades desenvolvidas no interior da ZA potencialmente impactantes ao meio ambiente ou poluidoras e aquelas condicionadas ao controle do poder público, mas que não estão sujeitas ao licenciamento ambiental previsto na Resolução CONAMA nº 237/97 deverão ser precedidas de autorização do órgão gestor da RBCG, de acordo com a legislação vigente.

Deverão ser evitados e/ou mitigados os impactos negativos sobre a Unidade de Conservação (UC) decorrentes de todas as etapas dos processos de implantação e operação realizadas nos plantios de espécies florestais.

Serão estabelecidas normas e ações para mitigação de impactos decorrentes do trânsito de veículos na estrada do Picadão da Bahia.

5.6.3. Ângulos de abertura e fechamento das válvulas (°):  
5.6.4. Dispositivos de variação dos ângulos/levantamentos de abertura: [Descrever funcionamento dos sistemas e variações obtidas]

6. Dispositivo auxiliar de partida a frio [Descrever o sistema, sua localização e procedimentos de operação por parte do usuário]

7. Dispositivo antipoluição

7.1. Descrição da recirculação dos gases do cárter: [Descrever funcionamento e anexar esquema]

7.2. Descrição da recirculação dos gases do escape: [Descrever funcionamento e anexar esquema]

7.3. Descrição da injeção de ar no escape: [Descrever funcionamento e anexar esquema]

7.4. Descrição de outros: [Descrever funcionamento e anexar esquema quando aplicável]

8. Relação de componentes citados nos itens anteriores

Componente	Item do anexo	Quantidade	Fabricante	Código

[Na relação dos componentes o código deve ser o estampado na peça]

Notas:

a) Quando um item não for aplicável, indicar "N.A.". Os itens derivados deste devem ser omitidos;

b) No caso de motores ou sistemas não convencionais, indicar os dados equivalentes para os itens solicitados;

c) Nos itens marcados com (\*) devem ser especificadas as tolerâncias;

d) As descrições e esquemas solicitados devem ser apresentados em "APÊNDICES" com a mesma numeração do item correspondente.

Anexo B

Características da Configuração de Máquinas Agrícolas ou Rodoviárias

#### 1. CONFIGURAÇÃO DO VEÍCULO

1.1. Fabricante: [Razão social e endereço completos]

1.2. Importador: [Razão social e endereço completos]

1.3. Marca / Modelo / Versão:

1.4. Tipo de combustível:

1.5. Motor utilizado:

1.6. Tipo de carroçaria do veículo (máquina):

1.8. Massa total máxima indicada/autorizada (t):

1.9. Massa máxima indicada/autorizada de veículo (máquina) combinado (t):

#### 2. TRANSMISSÃO

2.1. Tipo: [manual / automática / hidráulica / hidrostática]

2.2. Nº de marchas:

2.3. Característica da transmissão

2.3.1. Relação máxima do conversor de torque

2.4. Relação do eixo traseiro

2.5. Tipo de tração

2.6. Número de eixos

#### 3. RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL

3.1. Capacidade (l):

3.2. Posição no veículo (máquina):

3.3. Material construtivo:

#### 4. SISTEMA DE ESCAPAMENTO

4.1. Descrição do sistema: [Anexar esquema]

4.2. Outros sistemas de controle de emissões no escapamento

4.3. Material fibroso em contato com gases do escapamento

5. Ventilador(es) [tipo, diâmetro, n.º pás]

5.1. Sistema de acionamento [direto / variação contínua / variação discreta]

6. Descrição do pacote acústico: [Anexar desenhos]

7. Sistema hidráulico: [Código, quantidade de bombas, pressão e vazão máximas]

#### 8. RELACAO DE COMPONENTES CITADOS NOS ITENS ANTERIORES

Componente	Item do anexo	Quantidade	Fabricante	Código	OBD

[Na relação dos componentes o código deve ser o estampado na peça]

Notas:

a) Quando um item não for aplicável, indicar "N.A.". Os itens derivados deste devem ser omitidos;

b) No caso de motores ou sistemas não convencionais, indicar os dados equivalentes para os itens solicitados;

c) Nos itens marcados com (\*) devem ser especificadas as tolerâncias;

d) As descrições e esquemas solicitados devem ser apresentados em "APÊNDICES" com a mesma numeração do item correspondente.

#### 9. OUTRAS INFORMACOES

9.1. Tipo do gás utilizado no ar condicionado. (quando couber)

9.2. Componentes que utilizam amianto em sua composição. (quando couber)

Para a pavimentação da estrada do Picadão da Bahia, será obrigatório o seu licenciamento ambiental, com autorização do órgão gestor da RBCG, no qual deverão ser exigidas as condicionantes ambientais para mitigação dos problemas como o atropelamento da fauna e o tratamento adequado da drenagem natural e de águas pluviais bem como a largura da estrada e o tipo de pavimento.

Deverá ser apresentado pelos proprietários das áreas onde tenham ocorrido incêndios florestais o chamado Programa de Recuperação de Área Degradada (PRAD) das referidas áreas, como forma de mitigação dos impactos ambientais decorrentes.

A construção e a pavimentação de quaisquer estradas ou rodovias na ZA ficam condicionadas à autorização do órgão gestor da RBCG.

Não será permitida a produção de carvão vegetal na ZA, em uma faixa de 500m, a contar do limites da RBCG.

Não será permitido o plantio de organismos geneticamente modificados (OGM) na ZA, em uma faixa de 500m, a contar do limites da RBCG ou de acordo com o que dispuser o seu plano de manejo.

Uma vez concluído, o PM da RBCG poderá rever esta faixa para mais ou menos largura, buscando-se especificações por tipo de cultura agrícola.

Os órgãos licenciadores (federal, estadual e municipais) deverão oferecer, adicionalmente à comunicação de ciência prevista na Resolução CONAMA nº 428/2010, cópia dos relatórios de estudos e relatórios de impacto ambiental.

Os órgãos licenciadores deverão disponibilizar endereço eletrônico na rede mundial de computadores (internet) que contenha informações sobre os processos de licenciamento ambiental localizados na ZA, conforme determinado na Resolução CONAMA nº 428/2010.

A utilização de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas) e de fertilizantes químicos na ZA é condicionada ao receituário agrônomo, devendo o proprietário disponibilizar a documentação e os dados abaixo, sempre que requisitada pela fiscalização da RBCG:

Nome dos produtos a serem aplicados;

Calendário de aplicação;

Quantidade a ser aplicada;

Local de aplicação;

Forma de aplicação;

Norma que regulamenta a utilização de tais produtos, quando dispuserem, e

Local de destinação de suas embalagens (com coordenadas geográficas do local).

Não é permitida a aplicação de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas) em uma faixa de 10m a partir do limite da RBCG.

Não são permitidas na ZA, em uma faixa de até 100m dos limites da UC o manuseio e o acondicionamento de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas).

Não são permitidas na ZA, em uma faixa de até 01km do limite da UC, aplicações (pulverização aérea) e manobras de aeronaves utilizadas na aplicação de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas) até que estudos indiquem faixas específicas.

O licenciamento de criadouros de espécies animais pertencentes à fauna brasileira sem ocorrência natural na RBCV ou exóticas deverá ouvir o órgão responsável pela gestão da UC, resguardados os dispositivos legais acerca do estabelecimento de criadouros.

É proibida a instalação de criadouros de espécies nativas que ocorram na RBCV.

Nos casos de criação comercial (formal ou informal), bem como introdução e soltura de espécies da fauna exótica, o empreendedor deverá comprovar que elas não são consideradas contaminantes biológicos.

É proibida a criação de abelhas para quaisquer fins que usem espécies não nativas, e a criação de espécies nativas deverá ser objeto de autorização.

### PORTARIA N 27, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a criação da zona de amortecimento da Reserva Biológica do Córrego do Veado, estado do Espírito Santo, estabelecendo normas e atividades para sua implementação (Processo nº 02070.001097/2014-83).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência, publicada no Diário Oficial da União, de 29 de março de 2012, resolve:

Art. 1º. Estabelece os limites da zona de amortecimento da Reserva Biológica do Córrego do Veado.

§ 1º. A zona de amortecimento da Reserva Biológica do Córrego do Veado tem os limites dados pelos pontos dos vértices da poligonal, em coordenadas geográficas aproximadas (c.g.a.), conforme o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas, do ano de 2000 (CGS SIRGAS 2000), datum SIRGAS 2000, levantamento sistemático IBGE 1:100.000, folha SE-24-Y-B-I. Assim, os limites têm início nas c.g.a. 40°08'37,16" Longitude Oeste (O) e 18°22'43,42" Latitude Sul (S), em frente à entrada da RBCV, sobre a estrada Pinheiros - Pedro Canário (ponto 01); segue pela estrada, sentido Pinheiros, até as c.g.a. 40°10'53,61"O e 18°23'31,21"S (ponto 02); segue por uma estrada rural, sentido noroeste, passando pelas c.g.a. 40°11'06,85"O e 18°23'12,07"S (ponto 03), até as c.g.a.

40°11'28,59"O e 18°22'56,03"S (ponto 04); segue sentido norte, por uma estrada rural, atravessando um córrego nas c.g.a. 40°11'22,75"O e 18°22'41,58"S (ponto 05); continua pela estrada rural até as c.g.a. 40°11'25,47"O e 18°22'32,24"S (ponto 06); segue em linha reta até as c.g.a. 40°12'05,04"O e 18°21'56,51"S (ponto 07), a 100m ao sul do talvegue do córrego Santo Antônio; continua acompanhando o talvegue do Santo Antônio, sentido oeste, passando pelas c.g.a. 40°12'49,85"O e 18°21'46,18"S (ponto 08), 40°13'01,31"O e 18°21'43,82"S (ponto 09) e 40°13'21,05"O e 18°21'46,84"S (ponto 10), a cerca de 100m da margem sul do Santo Antônio; segue sentido oeste até as c.g.a. 40°13'52,23"O e 18°21'47,13"S (ponto 11), a 160m do mesmo córrego; segue até as c.g.a. 40°14'25,52"O e 18°21'46,97"S (ponto 12), na nascente do córrego Água Limpa; segue em linha reta, sentido norte, até as c.g.a. 40°14'24,25"O e 18°21'12,86"S (ponto 13), na nascente de um córrego; segue em linha reta, sentido nordeste, até as c.g.a. 40°13'28,63"O e 18°20'59,51"S (ponto 14), na nascente de um córrego; segue sentido nordeste, margeando o córrego, passando pelas c.g.a. 40°12'23,73"O e 18°20'50,79"S (ponto 15), c.g.a. 40°12'55,33"O e 18°20'50,38"S (ponto 16), c.g.a. 40°12'42,31"O e 18°20'37,71"S (ponto 17), c.g.a. 40°12'02,76"O e 18°20'25,59"S (ponto 18) e c.g.a. 40°11'41,41"O e 18°19'52,90"S (ponto 19), 40°11'025,36"O e 18°19'46,79"S (ponto 20), na barragem do córrego do Veado; segue sentido nordeste até as c.g.a. 40°10'32,03"O e 18°19'15,81"S (ponto 21), nascente do córrego São Roque; segue sentido nordeste até as c.g.a. 40°09'43,93"O e 18°18'38,33"S (ponto 22); segue sentido noroeste até as c.g.a. 40°09'50,86"O e 18°17'56,43"S (ponto 23), próximo a um fragmento florestal; segue em linha reta, sentido leste, até as c.g.a. 40°08'43,07"O e 18°17'53,61"S (ponto 24), no talvegue de um córrego; segue sentido sudeste até as c.g.a. 40°07'58,67"O e 18°18'02,23"S (ponto 25), no talvegue de um córrego; segue em linha reta, sentido leste, até as c.g.a. 40°06'31,36"O e 18°18'10,82"S (ponto 26), no talvegue do córrego Tatu Assado; segue sentido sudeste até o talvegue de um córrego nas c.g.a. 40°05'29,43"O e 18°18'30,92"S (ponto 27); segue sentido sudoeste até as c.g.a. 40°06'02,93"O e 18°19'19,67"S (ponto 28), no talvegue de um córrego e distanciado 350m da nascente; segue no sentido sul até as c.g.a. 40°05'36,45"O e 18°20'13,29"S (ponto 29); segue em linha reta, sentido sul, até as c.g.a. 40°05'38,52"O e 18°20'37,34"S, na barragem (ponto 30); segue sentido sudoeste até as c.g.a. 40°06'16,74"O e 18°20'50,60"S (ponto 31), na margem da barragem do córrego do Veado; contorna a barragem por uma linha a cerca de 100m de sua margem, passando pelas c.g.a. 40°06'15,86"O e 18°20'54,65"S (ponto 32), c.g.a. 40°06'30,60"O e 18°20' 59,41"S (ponto 33), c.g.a. 40°06'42,29"O e 18°21'06,66"S (ponto 34), c.g.a. 40°06'58,98"O e 18°21'10,96"S (ponto 35), c.g.a. 40°07'11,68"O e 18°21'25,62"S (ponto 36), c.g.a. 40°07'42,82"O e 18°21'16,45"S (ponto 37); segue em linha reta, atravessa o córrego Água Limpa e vai até as c.g.a. 40°07'38,02"O e 18°22'30,33"S (ponto 38), na estrada Pinheiros - Pedro Canário e daí retorna pela estrada até o ponto 01.

Art. 2º. Ficam aprovadas as normas e demais condições de implementação da zona de amortecimento, constantes do Anexo I.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

#### ANEXO I

##### NORMAS DA ZONA DE AMORTECIMENTO DA RESERVA BIOLÓGICA DO CÓRREGO DO VEADO

As atividades a serem implantadas na zona de amortecimento (ZA) não poderão comprometer a integridade do patrimônio natural da Unidade de Conservação (UC), devendo ser obedecidas as condicionantes estabelecidas nos respectivos licenciamentos.

Os relatórios de estudos e avaliações para fins de licenciamento, autorização, permissão e similares de atividades/empreendimentos na ZA deverão abordar as implicações positivas e negativas que possam afetar os ecossistemas da Reserva Biológica do Córrego do Veado (RBCV).

Adicionalmente à comunicação de ciência prevista na Resolução CONAMA nº 428/2010, os órgãos licenciadores (federal, estadual e municipais) deverão enviar à RBCV cópia dos relatórios de estudos e avaliações citados acima.

Os órgãos licenciadores deverão disponibilizar o endereço eletrônico do sítio na rede mundial de computadores (internet) no qual se encontram as informações dos processos de licenciamento ambiental localizados na ZA, conforme determinado na Resolução CONAMA nº 428/2010.

Em uma faixa de 05m dos limites da RBCV, é proibida a aplicação de quaisquer tipos de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas), seus componentes e afins.

Considerando as restrições expressas no item anterior, os proprietários deverão disponibilizar o repositório agrônomo da utilização de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos, seus componentes e afins, incluindo biocidas) na ZA, sempre que requisitada pela fiscalização.

Não serão permitidas na ZA, em uma faixa de até 01km do limite da UC, aplicações e manobras de aeronaves utilizadas na aplicação de defensivos agrícolas químicos (agrotóxicos e biocidas) até que estudos indiquem faixas específicas.

Para empreendimentos agrícolas que forem utilizar sistemas de irrigação, a RBCV deverá ser ouvida no processo de concessão de outorga de água.

A outorga deverá levar em conta o princípio da racionalização do uso da água.

A construção de qualquer nova barragem, independente de seu porte, nos córregos contidos na ZA, só será realizada após processo de licenciamento ambiental, ouvido o órgão gestor da RBCV.

É proibido o despejo de efluentes e resíduos sólidos contaminantes nos trechos dos córregos localizados dentro dos limites da ZA da RBCV.

Não é permitido o plantio de espécies pertencentes à flora brasileira que não tenham ocorrência natural na região ou exóticas sem que sejam feitos os devidos estudos sobre o potencial de sua propagação nos ambientes protegidos pela RBCV.

O licenciamento de criadouros de espécies animais pertencentes à fauna brasileira sem ocorrência natural na RBCV ou exóticas deverá ouvir o órgão responsável pela gestão da UC, resguardados os dispositivos legais acerca do estabelecimento de criadouros.

É proibida a instalação de criadouros de espécies nativas que ocorram na RBCV.

Salvo nos casos previstos ou autorizados, é proibido o uso do fogo na vegetação da ZA.

Em todas as plantações onde exista o risco de ocorrência de incêndios, os proprietários rurais deverão manter um aceiro com largura mínima de 05m dos plantios de eucalipto e de cana-de-açúcar e 01m para outras culturas.

É proibida a criação de abelhas para quaisquer fins que usem espécies não nativas, e a criação de espécies nativas deverá ser objeto de autorização.

### COORDENAÇÃO REGIONAL NA 6ª REGIÃO

#### PORTARIA Nº 2, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Modifica a composição do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Nísia Floresta, no estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 02070.001960/2011-50)

A COORDENADORA REGIONAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES NA 6ª REGIÃO, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 05 de dezembro de 2014, e pelo art. 23 do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 8 de julho de 2011.

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentaria;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto nº 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social;

Considerando o Decreto s/nº de 27 de setembro de 2001, que criou a Floresta Nacional de Nísia Floresta;

Considerando a Portaria ICMBio nº 83, de 22 de outubro de 2008, que criou o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Nísia Floresta;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 05 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação, bem como pela Coordenação Regional na 6ª Região, no Processo ICMBio nº 02070.001960/2011-50, resolve:

Art. 1º O Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Nísia Floresta é composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais e observando-se o critério de paridade, na forma seguinte:

I - ÓRGÃOS PÚBLICOS:  
a) Órgãos públicos ambientais dos três níveis da Federação; e  
b) Órgãos do Poder Público de áreas afins, dos três níveis da Federação.

II - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:  
a) Colônia de Pescadores;  
b) Sindicatos;  
c) Cooperativas;  
d) Arquidiocese;

III - INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA:  
a) Universidades, e  
b) Escola Municipal

§1º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representativas de cada setor são aqueles definidos pelo Conselho, devidamente registrados em ata de reunião e homologados pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes. §2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pelo chefe da Floresta Nacional de Nísia Floresta ao Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes, para análise e homologação.

Art. 2º O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional da Floresta Nacional de Nísia Floresta, que indicará seu suplente.

Art. 3º A modificação na composição dos setores representados no Conselho Consultivo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova Portaria assinada pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

Art. 4º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Nísia Floresta são previstas no seu regimento interno.

Art. 5º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará periodicamente a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à consideração da Coordenação Regional, que os remeterá à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para ciência e acompanhamento.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARY CARLA MARCON NEVES

## Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

### SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

#### PORTARIA Nº 16, DE 15 DE ABRIL DE 2015

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-Lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04906.200156/2015-31, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do Serviço público o imóvel da União, localizado no Povoado Jatobá, Município de Barra dos Coqueiros/Sergipe, constituído por terreno de marinha e acrescido de marinha, com Registro Imobiliário Patrimonial - RIP, a saber: RIP 3111.000020-10, com área da União medindo 4.271,16m², RIP 3111.000025-24 com área da União medindo 2.122,95 m² e RIP 3111.000024-43 com área da União medindo 3.441,08 m², Registro Regional nº 4382, com área da União medindo 4.465,81m², Registro Regional nº 4383, com área da União medindo 4.243,44 m², totalizando 9.835,19 m².

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se a declarar a área da União, para fins de Regularização Fundiária.

Art. 3º A SPU/SE dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da Circunscrição e ao Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CASSANDRA MARONI NUNES

## Ministério do Trabalho e Emprego

### GABINETE DO MINISTRO COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

#### DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL

Em 15 de abril de 2015

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0152/2015 de 10/04/2015, 0154/2015 de 13/04/2015 e 0155/2015 de 14/04/2015, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46224000458201520 Empresa: BOTAFOGO FUTEBOL CLUBE Prazo: 5 Mês(es) Estrangeiro: maurício curiel herandez Passaporte: G15905505 Mãe: maria guadalupe herandez de curiel Pai: jose antonio curiel vargas.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039001943201571 Empresa: HABITAT ARQUITETURA.COM.BR LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA ISABEL ABRANCHES CANITOS MARQUES FIDALGO PASSAPORTE: L706285 Mãe: MARIA LUÍSA ABRANCHES CANITOS MARQUES FIDALGO Pai: JOSE MANUEL BELEZA MARQUES FIDALGO; Processo: 47039002836201560 Empresa: FCN - CONSULTORIA E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Robert Mitchell Vreugdenhil Passaporte: NP02R2R57 Mãe: Cornelia Maria Vreugdenhil Pai: Aitze Melle Van Der Meulen; Processo: 47039002837201512 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEHYOUN KIM Passaporte: M89597364 Mãe: SOON LEE Pai: JAE SEUNG KIM; Processo: 47039002845201551 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUNGHUL KIM Passaporte: GJ0832845 Mãe: SOON IM KIM Pai: YOUNG JU KIM; Processo: 47039003067201517 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAN CHRISTER MATTSON Passaporte: 85881610 Mãe: SVEA ANITA HANSSON Pai: KURT ERIK MATTSON; Processo: 47039003081201511 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KWANG HO SONG Passaporte: M01286611 Mãe: YONG HEE SHIN Pai: BYUNG IK SONG; Processo: 47039003166201507 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEAN HUBERTUS WELKENHUTYSEN Passaporte: EM191863 Mãe: PFEIFFER GERTRUDE CLARA Pai: ALPHONS HUBERT WELKENHUYSEN; Processo: 47039003258201589 Empresa: NI-